



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 14/2020

(Processo Administrativo nº 23086.006555/2020-10)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais laboratoriais para atender a demanda da UFVJM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	Nº PAC	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	125	408563	BANDEJA LABORATÓRIO, TIPO USO PLÁSTICO, DIMENSÕES CERCA DE 45 X 30 X 10 CM.	UNIDADE	10	R\$ 21,36	R\$ 213,60
2	5384	409530	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 10CM X 300CM	UNIDADE	10	R\$ 1,28	R\$ 12,80
3	131	409529	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL:VIDRO, DIMENSÕES:CERCA DE 5 X 300 MM	UNIDADE	15	R\$ 3,20	R\$ 48,00
4	5385	408261	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUAÇÃO GRADUADO, CAPACIDADE 100, FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO	UNIDADE	10	R\$ 6,57	R\$ 65,70
5	3980/5386	408260	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUAÇÃO GRADUADO, CAPACIDADE 50, FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO	UNIDADE	35	R\$ 3,97	R\$ 138,95
6	551	409136	BURETA 50ML GRADUADA, DE VIDRO, COM TORNEIRA DE TEFLON.	UNIDADE	5	R\$ 31,90	R\$ 159,50
7	3965/1531	413131	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 96 PONTEIRAS, VOLUME PARA PONTEIRA 200, ACESSÓRIOS TAMPA COM DOBRADIÇA	UNIDADE	3	R\$ 10,34	R\$ 31,02
8	275/623	409395	ERLENMEYER 250ML DE VIDRO, BOCA LARGA	UNIDADE	34	R\$ 12,71	R\$ 432,14
9	276	409397	ERLENMEYER, MATERIAL VIDRO, GRADUAÇÃO GRADUADO, VOLUME 125, TIPO BOCA BOCA LARGA, ADICIONAL COM ORLA	UNIDADE	10	R\$ 11,67	R\$ 116,70
10	274	409362	ERLENMEYER, MATERIAL:VIDRO, GRADUAÇÃO:GRADUADO, VOLUME:125 ML, TIPO BOCA:BOCA ESTREITA, ADICIONAL:COM ORLA	UNIDADE	15	R\$ 10,57	R\$ 158,55
11	3997/1532	408198	ESTANTE PARA MICROTUBOS, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 80 TUBOS, TAMANHO PARA TUBOS 1 ML A 2, ADICIONAL IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA	UNIDADE	14	R\$ 10,34	R\$ 144,76
12	3994/1568	409428	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO âmbar, CAPACIDADE 1000ML, GRADUAÇÃO GRADUADO, TIPO TAMPA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO.	UNIDADE	13	R\$ 35,55	R\$ 462,15
13	5389	409705	LÂMINA LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 75 X 25, TIPO* LAPIDADA, TIPO BORDA FOSCA. LÂMINA	UNIDADE	5	R\$ 3,72	R\$ 18,60
14	1984	421501	MATERIAL LABORATÓRIO, TIPO:APARELHO CLEVENGER, MATERIAL: VIDRO, DIMENSÕES:COM BALÃO 500 ML, ADICIONAL:GRADUADO, COMPONENTES:COM TORNEIRA VIDRO	UNIDADE	4	R\$ 335,81	R\$ 1.343,24
15	649	410353	MICROTUBO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 2, GRADUAÇÃO GRADUADO, TIPO TAMPA TAMPA PRESSÃO CHATA, TIPO FUNDO FUNDO CÔNICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE	UNIDADE	2000	R\$ 0,14	R\$ 280,00
16	363	409534	PÊRA PIPETADORA (PIPETADORA 3 VIAS)	UNIDADE	20	R\$ 15,49	R\$ 309,80
17	666	423975	PIPETA, TIPO PASTEUR, CAPACIDADE 3, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL	UNIDADE	100	R\$ 0,05	R\$ 5,00
18	5387	409534	PIPETADOR DE TRÊS VIAS, ESFERA.	UNIDADE	10	R\$ 20,71	R\$ 207,10
19	4433/3426	410067	PLACA DE PETRI 100 X 15MM DE VIDRO, COM TAMPA	UNIDADE	240	R\$ 6,48	R\$ 1.555,20
20	1722	454695	PONTEIRA COR NATURAL 0,5 A 10UL PACOTE COM 1000 UNID.	PACOTE	1	R\$ 144,51	R\$ 144,51
21	491	414714	TUBO CAPILAR, SEM HEPARINA, FRASCO COM 500 CAPILARES, USO	UNIDADE	1	R\$ 25,48	R\$ 25,48

			LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, COMPRIMENTO 75, DIÂMETRO INTERNO 1, DIÂMETRO EXTERNO 1,5 PARA MICRO-HEMATÓCRITO.				
22	696/5383	409037	TUBO LABORATÓRIO, TIPO ENSAIO, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO REDONDO, DIMENSÕES CERCA DE 15 X 150, ADICIONAL COM ORLA	UNIDADE	265	R\$ 2,07	R\$ 548,55
23	689	409034	TUBO LABORATÓRIO, TIPO: ENSAIO, MATERIAL: VIDRO, TIPO FUNDO: FUNDO REDONDO, DIMENSÕES: CERCA DE 15 X 100 MM, ADICIONAL: SEM ORLA. CAIXA COM 250 UNIDADES.	UNIDADE	20	R\$ 80,83	R\$ 1.616,60
24	4462	408789	CADINHO DE PORCELANA 25ML , FORMA MEDIA, VITRIFICADO COM EXCECAO DO FUNDO EXTERNO.	UNIDADE	3	R\$ 7,29	R\$ 21,87
25	4452	441756	LIXA, MATERIAL ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO LIXA D'ÁGUA, APRESENTAÇÃO DISCO, TIPO GRÃO 220, DIÂMETRO 200 MM	UNIDADE	30	R\$ 1,66	R\$ 49,80
26	4456	397545	PANO LIMPEZA, MATERIAL VELUDO SINTÉTICO, APLICAÇÃO POLIMENTO METALOGRAFICO COM ALUMINA, DIÂMETRO 200 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COSTADO AUTOADESIVO	UNIDADE	5	R\$ 18,28	R\$ 91,40
27	4472	353954	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, 304, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TAMANHO ABERTURA MALHA 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA TENSIONADA E AFIXADA POR PRESSÃO, NORMAS TÉCNICAS ISSO 3310-01 (MM) ASTM E11 (POL) SÉRIE TYLER (MESH)	UNIDADE	1	R\$ 199,57	R\$ 199,57
28	4469	353951	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, 304, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TAMANHO ABERTURA MALHA 120, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA TENSIONADA E AFIXADA POR PRESSÃO, NORMAS TÉCNICAS ISSO 3310-01 (MM) ASTM E11 (POL) SÉRIE TYLER (MESH)	UNIDADE	1	R\$ 213,90	R\$ 213,90
29	4470	353952	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, 304, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TAMANHO ABERTURA MALHA 140, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA TENSIONADA E AFIXADA POR PRESSÃO, NORMAS TÉCNICAS ISSO 3310-01 (MM) ASTM E11 (POL) SÉRIE TYLER (MESH)	UNIDADE	1	R\$ 192,57	R\$ 192,57
30	4471	353953	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, 304, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TAMANHO ABERTURA MALHA 170, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA TENSIONADA E AFIXADA POR PRESSÃO, NORMAS TÉCNICAS ISSO 3310-01 (MM) ASTM E11 (POL) SÉRIE TYLER (MESH)	UNIDADE	1	R\$ 194,42	R\$ 194,42
31	4473	353955	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, 304, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TAMANHO ABERTURA MALHA 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA TENSIONADA E AFIXADA POR PRESSÃO, NORMAS TÉCNICAS ISSO 3310-01 (MM) ASTM E11 (POL) SÉRIE TYLER (MESH)	UNIDADE	1	R\$ 235,78	R\$ 235,78
32	4474	448827	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TIPO MALHA 35 TYLER, ABERTURA MALHAS 40, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REDONDA COM TELA E CAIXILHO, MATERIAL ARO AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO LABORATORIAL	UNIDADE	1	R\$ 193,57	R\$ 193,57
33	4476	234880	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL LATÃO POLIDO, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TIPO MALHA QUADRADA, QUANTIDADE DE PENEIRAS 1, ABERTURA MALHA 071, TAMANHA ABERTURA MALHA 24 TYLER	UNIDADE	1	R\$ 195,23	R\$ 195,23
34	4477	329639	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL LATÃO, DIÂMETRO 8, ALTURA 2, TIPO MALHA 60 TYLER, APLICAÇÃO LABORATORIAL	UNIDADE	1	R\$ 209,68	R\$ 209,68
35	4434	433139	PLACA DE PETRI, MATERIAL VIDRO, DIAMETRO 150MM, ALTURA 20MM, TRANSPARENTE, 1 COMPARTIMENTO, AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	20	R\$ 16,57	R\$ 331,40
36	4426	396141	SWAB, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, HASTE DE PLÁSTICO, COLETA MATERIAL BIOLÓGICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM PONTA DE ALGODÃO HIDRÓFILO, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	4	R\$ 27,33	R\$ 109,32
37	4001	431722	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÃO CERCA DE 8 X 300, ADICIONAL PARA COLETA DE BARRAS MAGNÉTICAS	UNIDADE	5	R\$ 2,73	R\$ 13,65
38	3986	413130	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 96 PONTEIRAS, VOLUME PARA PONTEIRA 1000, ACESSÓRIOS TAMPA COM DOBRADIÇA	UNIDADE	1	R\$ 11,40	R\$ 11,40
39	3791	351720	CONJUNTO DE PRODUTOS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL ANIMAL, APLICAÇÃO PARA BOVINO, COMPONENTES: BOTIJÃO CRIOGÊNICO COM NITROGÊNIO 100 L, TERMÔMETRO, COMPONENTES ADICIONAIS: PINÇA, APLICADOR UNIVERSAL, 500 BAINHAS FRANCESAS. OUTROS COMPONENTES: CORTADOR PALHETAS, DESCONGELADOR DE SÊMEN AUTOMÁTICO. ACESSÓRIOS 250 LUVAS PARA INSEMINAÇÃO - DESCARTÁVEIS.	UNIDADE	1	R\$ 2.118,98	R\$ 2.118,98
40	3870	419961	ESTANTE TUBO ENSAIO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO TUBO PARA TUBOS ATÉ 20, CAPACIDADE* ATÉ 25 UNIDADES	UNIDADE	4	R\$ 67,77	R\$ 271,08
41	3998	414489	FRASCO CONTA-GOTAS, MATERIAL:VIDRO, COR:ÂMBAR, CAPACIDADE:30 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TAMPA PLÁSTICA, ROSCA FURADA,COM BORRACHA E PIPETA. UNIDADE	UNIDADE	3	R\$ 8,37	R\$ 25,11
42	3999	409423	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO ÂMBAR,	FRASCO	5	R\$ 18,45	R\$ 92,25

			CAPACIDADE 500, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO. UNIDADE				
43	3711	409644	LAMÍNULA, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 25 X 30	UNIDADE	1000	R\$ 0,05	R\$ 50,00
44	3951	411171	MACROPIPETADOR 100ML	UNIDADE	5	R\$ 16,26	R\$ 81,30
45	2038	278764	MANGUEIRA DE SILICONE PARA USO EM LABORATÓRIOS E AQUÁRIOS. PAREDE EXTERNA 6MM. PAREDE INTERNA 4MM. SILICONE EXTRA MACIO QUE PERMITE FLEXIBILIDADE. NÃO MUDA DE COR E NÃO ENDURECE AO LONGO DO TEMPO. SUPORTA DIFERENTES TEMPERATURAS. 100% ATÓXICO	METRO	100	R\$ 1,78	R\$ 178,00
46	3535	464231	NAVALHA LABORATÓRIO, MATERIAL AÇO INOX, REVESTIMENTO REVESTIDA COM CERÂMICA E PTFE, APLICAÇÃO PARA MICRÓTOMO, DIMENSÕES CERCA DE 80 X 14, ADICIONAL ALTO PERFIL, TIPO USO DESCARTÁVEL	UNIDADE	50	R\$ 12,66	R\$ 633,00
47	3981	427478	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 200 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL. COM 1000 UNIDADES.	UNIDADE	2000	R\$ 0,02	R\$ 40,00
48	2388	346823	TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA 1,0 A 50 GRAUS CELSIUS, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO 1,0 GRAU CELSIUS.	UNIDADE	2	R\$ 43,43	R\$ 86,86
49	3971	451215	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL PVC, MODELO CURVA MAGILL, CALIBRE 3,5, TIPO PONTA C/ PONTA DISTAL A TRAUMÁTICA, COMPONENTE 1 BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2 RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	10	R\$ 3,91	R\$ 39,10
50	3974	451221	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL PVC, MODELO CURVA MAGILL, CALIBRE 6,0, TIPO PONTA C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1 BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2 RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	10	R\$ 3,70	R\$ 37,00
51	3976	451227	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL PVC, MODELO CURVA MAGILL, CALIBRE 8,0, TIPO PONTA C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1 BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2 RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	10	R\$ 3,57	R\$ 35,70
52	4537	303241	TUBO ENGATE RÁPIDO, MATERIAL POLIETILENO BAIXA DENSIDADE, DIÂMETRO 16, COMPRIMENTO 400, APLICAÇÃO IRRIGAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM GOTEJADOR DE FLUXO TURBULENTO INTEGRADO.	ROLO 400 METROS	2	R\$ 478,67	R\$ 957,34
53	3904	446564	TUBO LABORATÓRIO, TIPO CAPILAR, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 2 MM X 90 PACOTE 500 UNIDADES	PACOTE	1	R\$ 16,38	R\$ 16,38
54	3869	409724	TUBO LABORATÓRIO, TIPO CENTRÍFUGA, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO CÔNICO, CAPACIDADE 10, ACESSÓRIOS TAMPA ROSQUEÁVEL, GRADUAÇÃO GRADUADO	UNIDADE	20	R\$ 2,62	R\$ 52,40
55	3991	409073	TUBO LABORATÓRIO, TIPO ENSAIO, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO REDONDO, DIMENSÕES CERCA DE 15 X 150, ACESSÓRIOS TAMPA ROSQUEÁVEL	UNIDADE	50	R\$ 2,61	R\$ 130,50
56	3942	372337	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 0,5, COMPONENTES COM EDTA-K2, USO MICROCOLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. COM 50 UNIDADES. CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	4	R\$ 38,21	R\$ 152,84
57	3902	372340	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 4, COMPONENTES COM EDTA-K3, USO COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	4	R\$ 37,86	R\$ 151,44

1.2. Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2020, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.3. Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível. Os resíduos dos itens de consumo que se pretende adquirir se tornarão lixo comum que posteriormente será descartado e recolhido pela prefeitura municipal, não havendo impactos ambientais.

1.4. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Divisão de Compras/UFVJM, recebeu através das solicitações/requisições das unidades de lotação dos docentes e técnicos, a demanda para aquisição de diversos materiais, que serão utilizados nas aulas práticas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação com objetivo de oferecer suporte para os docentes e técnicos, visando um aprendizado de qualidade para os alunos.

2.2. As aulas experimentais tanto na graduação como na pós-graduação são essenciais para que os estudantes tenham um aprendizado eficiente e estruturado, pois somente este tipo de aula oportuniza aos estudantes o contato com as

metodologias experimentais, permitindo a aplicação do conhecimento teórico. Nas aulas práticas, os estudantes têm a oportunidade de avaliar resultados, solucionar problemas, testar experimentos e, assim, exercitar o raciocínio, sendo estimulados ao desafio.

2.3. Para que os cursos tenham condições de possibilitar aos estudantes a construção de uma sólida base de conhecimentos e o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do mundo atual, as aulas práticas são de fundamental importância. Portanto, uma instituição de ensino superior deve demonstrar a vivência prática dos conhecimentos adquiridos, oportunizando aos estudantes maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Atualmente, a UFVJM possui aproximadamente 120 laboratórios que subsidiam o desenvolvimento de pesquisas e aulas práticas

2.4. Assim sendo, é de extrema necessidade a aquisição dos materiais, constantes na lista anexa ao Termo de Referência, o que implica na necessidade de abertura de um procedimento licitatório para a aquisição destes materiais.

2.5. Uma vez que os materiais a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13, a aquisição se dará por meio do Pregão Eletrônico Tradicional, com observância ao disposto na Lei nº 10.520/02, Decretos nº 10.024/19, 3.555/00, 3.784/01, demais legislações pertinentes.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

3.2. As especificações e informações técnicas dos materiais são de responsabilidade dos requisitantes que poderão ser identificados através do relatório de itens constante no processo.

4. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, nos seguintes endereços e condições:

4.1.1. **Os itens 01 ao 23** deverão ser entregues na **Divisão de Almoxarifado, Campus JK na cidade de Diamantina(MG)**, situado na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis.

4.1.2. **Os itens 24 ao 36** deverão ser entregues na **Divisão de Almoxarifado, Campus Janaúba**, situado na Avenida Um, nº 4.050, Cidade Universitária, Janaúba (MG) no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis.

4.1.3. **Os itens 37 ao 57** deverão ser entregues na **Divisão de Almoxarifado, Campus Unai**, situado na Avenida Universitária, nº 1.000, B. Universitários, Unai (MG) no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------------	--

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento

12. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto';

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

13.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 15.450,79.

13.2. Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN MPDG 05/2014 e suas alterações.

14. **DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS.**

14.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento da UFVJM. A Natureza da Despesa, Sub-elemento Despesa, Plano Interno (PI), Fonte do recurso e Programa Trabalho constarão nos autos do processo em certidão de disponibilidade orçamentária expedida pela PROPLAN/UFVJM.

Diamantina, 16 de julho de 2020

Alessandra Cristina Pacheco Santos
Chefe da Divisão de Compras

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Maio/2020



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina Pacheco Santos, Servidor**, em 17/07/2020, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0131969** e o código CRC **63D9EB44**.